2 «SEXTA-FEIRA, 19/6/87 Politica Jornal de Brasília

Pacote lesa trabalhador, afirma Covas

0 senador Mário Covas, lider do
PMDB na Constituinte, condenou
ontem o "Plano Bresser"
anunciado pelo presidente S arney
na última sexta-feira,
classificando-o de lesivo aos
interesses dos trabalhadores e
bontrário ao programa do partido.
Na mais forte critica ao novo
pacote económico já feita por um
líder de expressão do PMDB,
Covas disse que as medidas
adotadas dão inicio ao processo de
recuo na moratória e ao arrocho
salarial, o que, no seu entender,
"poderá levar o pais à recessão
económica". O lider peemedebista
afirmou ainda que o pacote
contraria o programa e as
propostas históricas do partido,
impondo "sacrifícios demais aos
trabalhadores".

A manifestação foi feita durante
reunião da Executiva Nacional do
PMDB, ontem cedo. Os demais
dirigentes do partido, entre eles o
seu presidente, deputado Ulysses
Guimarães, ouviram as criticas em
silêncio, sem esboçar qualquer
defesa ao '' Plano Bresser''.
Convocação
Como estava previsto, a
Executiv a peemedebist a
formalizou contra um único voto —
do deputado Roberto Cardoso
Alves — a convocação da
Convenção Nacional do partido
para os dias 18 e 19 de julho. O
deputado Ulysses Guimarães abriu
a reunião, informou ter recebido o
requerimento do deputado
Maurício Fruet com as assinaturas
necessárias à convocação da
Convenção e propôs as datas para
sua realização. Logo a seguir,
Roberto Cardoso Alves pediu a
palavra e disse que "a Convenção
está desatualizada em relação às
últimas eleições, com mais de 100
delegados a menos do que deveria
ter, carecendo, portanto, de
legitimidade". Diversos dirigentes
do partido — os deputados
Euclides S calco e Milton Reis e os
senadores Mário Covas e Affonso
Camargo — rebateram as críticas
de Cardoso Alves. Scalco passou à
ofensiva, lendo um manifesto
lançado em 1983 pela Frente
Parlamentar Nacionalista, com a
defesa expressa, entre outras
coisas, da realização ua reforma
agrária e da reserva de mercado
para a informática. E questionou a
coerência de Cardoso Alves, que
assinou o manifesto e, na
Constituinte, votou contra essas
propostas.

Veemente, Scalco afirmou que a
. direção nacional — a começar por
;Ulysses Guimarães — deve adotar
•providências concretas para que os
princípios programáticos do
partido sejam cumpridos, caso
contrário '' a fratura exposta do
PMDB se transformará em
gangreno e v. única solução ser9 a
amputação".
Roberto Cardoso Alves tentou

J osemar Gonçalves

Convenção definirá
regime e mandato
A Convenção Nacional do
PMDB terá três temas em pau-
ta, na reunião dos dias 18 e
19 de julho: a definição do sistema
de governo e duração do mandato
do presidente José S arney e seus
sucessores; o PMDB e a conjun-
tura económico-social; e «O PMDB
na Constituinte — problemas
programáticos».
No primeiro dia da Convenção
será realizado um simpósio par-
tidário sobre problemas socio-
económicos, sob a coordenação do
presidente do Instituto Pedroso
Horta, senador Severo Gomes
(SP).
O secretário-geral do partido,
deputado Milton Reis (MG), será o
coordenador da Convenção. Como
coordenadores-adjuntos foram in-
dicados os deputados Euclides
Scalco (PR), Francisco Pinto (BA),
Márcio Braga (RJ), Luiz Alberto
Rodrigues (MG) e Ubiratan Aguiar
(CE).

defender-se. Admitiu rever sua
posição em alguns dos pontos
aprovados pela Comissão da
Ordem Económica e justificou seu
voto como uma forma de forçar a
negociação. Foi o bastante para
receber uma farpa de ironia de
Covas, por ter votado em algo
com que não concorda por inteiro.
Estratégia
. Mário Covas insistiu nas
criticas aos seus liderados, que
preferem unir-se a grupos de
outros — partidos, — votando
contrariamente — à _ linha
programática do PMDB.
Os constituintes do PMDB
mais afinados com a liderança do
senador Mário Covas têm
promovido reuniões informais para
traçar a estratégia de ação., nos
trabalhos da Convenção Nacional
Extraordinária. Muitos admitem
que os Governadores do partido
deverão fazer pressões pelo
mandato de cinco anos. A
preocupação é a de não concentrar
os debates exclusivamente no
problema da duração do mandato
de Sarney, mas destacar, também,
os problemas sociais e económicos.
Mário Covas e quase todos os
vice-lideres entendem que, se
houver mais ênfase às questões do
sistema de governo e duração de
mandato presidencial — quatro ou
cinco anos para S arney e seus
sucessores — corre-se o risco de o
PMDB entrar e sair dividido da
Convenção Nacional. Covas
defende um movimento objetivo no
partido, para debate e decisão dos
convencionais, em torno de uma
tuação na Constituinte "pelo
menos de acordo com princípios
programáticos".

Cardoso Alves ataca reunião
"Vença quem vencer, no man-
dato de quatro ou de cinco anos
"para o presidente S arney, sairá
'perdendo o PMDB" — disse
iontem o deputado paulista Roberto
;Cardoso Alves, da direção nacional
jdo PMDB, depois da reunião da
«Comissão Executiva, que, contra
'apenas o seu voto, confirmou a
'convenção para os dias 18 e 19 de
; julho.
O dirigente peemedebista,
'favorável ao mandato de cinco
•anos para S arney e seus suces-
sores, afirmou que a convenção,
!por desatualizada em relação às úl-
timas eleições, tem empobrecida a
;sua representatividade. "A con-
•venção nada pode acrescentar,
ideológica ou programaticamente,
;à posição de qualquer constituinte.
;Este está obrigado ao partido pelo
;seu programa básico e não pode um
•partido democrático sujeitá-lo a
^deliberações tomadas depois de sua
!eleição", disse ele.
; Para Cardoso Alves, a conven-
ção extraordinária, dividindo

:

o PMDB, "em nada poderá

Deputado é a favor dos 5 anos

fortalecer o espirito de negociação e
entendimento necessário à ela-
boração de uma Constituição justa
e duradoura, que represente a
média das aspirações da nação".

Y

Del Bosco critica
o líder e renuncia

! "A Constituinte não pode ser
;um cabide eleitoral onde o Ulysses
;faz sua campanha para a
[Presidência da República e o Covas
!também" — afirmou, ontem, o
deputado peemedebista Del Bosco
do Amaral (SP), após anunciar, da
tribuna, sua renúncia à condição de
vice-líder do PMDB na Assembleia
Constituinte.

Informado da atitude de Del
Bosco do Amaral, o líder Mário
ICovas mostrou-se surpreso,
afirmando apenas que "ele não fez
a gentileza de comunicar
'previamente" sua decisão. No
. primeiro contato com os repórteres
após o discurso do ex-vice-líder,
; Covas não fez qualquer comentário

Del Bosco surpreende Covas

sobre a crítica de Del Bosco do

Amaral ao seu comportamento
como "presidenciável".
O deputado paulista também
afirmou que o líder está cercado
por um grupo de esquerda que
monopoliza suas atenções, em
prejuízo do pensamento de outras
correntes do partido, inclusive da
esquerda moderada.
Num texto distribuído à

imprensa, diz Del Bosco do
Amaral: "Sinto que a Constituinte
desejada por muitos como
exclusiva e soberana poderá
transformar-se em mero

instrumento político de pessoas e
grupos, com sérios prejuízos para a
qualidade do texto constitucional".
Explicou ainda o deputado que
ao lutar pela eleição de Mário
Covas pretendia ver à frente "dos
deveres partidários na Cons-
tituinte um articulador hábil que
administrasse, imparcialmente, os
inevitáveis conflitos". Sabia, de
antemão, que essa missão
"encontraria obstáculos quase
intransponíveis, em face das
diferenças ideológicas que marcam
a bancada do PMDB".

Após essas considerações, Del
Bosco do Amaral expressou sua
recusa à influência dos interesses

de pessoas e de grupos,
manifestando, porém, a esperança
de que no plenário se chegará a
uma Constituição que "atenda aos
anseios maiores do povo
brasileiro".

Executiva peemedebista ouviu em silêncio as críticas feitas pelo lider do partido JosemarGonçalves

Deputado vê
incorreção no

x

anteprojeto
O deputado Francisco
Amaral(PMDB-SP) afirmou
ontem que existem diferenças entre
o anteprojeto divulgado pela
Assembleia Nacional Constituinte
e os textos que foram aprovados
nas sessões realizadas na Comissão
da Organização dos Poderes e
Sistema de Governo. Diante dis-
so, encaminhou ao presidente da
Assembleia, Ulysse s
Guimarães (PMDB-SP), ex-
pediente urgente para que
determine que sejam copiados, no
prazo de 24 horas, todos os debates
e votações registrados nas fitas de
gravação das sessões realizadas
pela comissão.

O deputado informa que com
relação ao tema "Tribunais e
Juizes dos Estados" surgem
incorreções e "um texto truncado,
capenga, faltando expressões
adequadas no artigo 133, parágrafo
2", no trecho concernente à
Justiça Militar. Amaral relata que
se repetem textos com números
diferentes (artigos 155 e 158), sem
qualquer explicação.

Outro pedido feito por
Francisco Amaral a Ulysses
Guimarães é para que o projeto "a
ser considerado pela Comissão de
Sistematização seja e contenha o
que foi expressamente votado com
a soberania do voto do plenário da
comissão temática competente".
Solicita ainda que seja composta
uma assessoria de "alto nível",
integrada exclusivamente de
técnicos da Casa, que farão a
revisão do texto elaborado, em
confronto com os debates e
votações. Amaral pretende, com
isso, garantir a elaboração do texto
definitivo que será, assim
considerado oficial. Pede ainda a
republicação do anteprojeto "em
razão de a primeira publicação
incorrer em erro e não expressar
matéria efetiva e soberanamente
votada", conclui.

Para Prisco,

há indefinição
sobre regime

Rio — «No atual momento dos
trabalhos da Assembleia Nacional
Constituinte não há uma tendência
nítida dos parlamentares quanto *
ao sistema de governo a ser
adotado na nova Carta, se par-
lamentarista ou presidencialista»,
garantiu ontem, no Rio, o depu-
tado peemedebista, Prisco Viana
(BA), ao fazer palestra durante o
XII Congresso Nacional de Mu-
nicípios, que está sendo realizado
no Pavilhão de Convenções do
Riocentro e conta com a partici-
pação de cerca de mil prefeitos de
municípios brasileiros.

O deputado ressaltou, no entan-
to, que a posição comum manifes-
tada pelos constituintes é a do for-
talecimento do Congresso Nacional
nas suas atribuições e no seu poder
de influência no Executivo, in-
clusive na co-participação da ges-
tão e da formação do governo. Em
sua opinião, no final dos trabalhos
deve prevalecer na nova Consti-
tuição o sistema presidencialista de
governo, «que já é uma tradição
brasileira».

Câmara aprova
projeto sobre
F. de Noronha
A Câmara dos Deputados
aprovou ontem à noite projeto de
lei do Executivo que dispõe sobre a
administração do Território
Federal de Fernando de Noronha.
O Território ficará vinculado ao
Ministério do Interior para os
efeitos de supervisão ministerial.
Pelo projeto aprovado, Fernando
de Noronha será administração por
um governador nomeado, em
comissão, pelo presidente da
República. O cargo deverá ser
ocupado por Fernando César
Mesquita. O Senado vota o projeto
hoje.

Lideranças do PFL querem ampliar atuação do partido

Falta equilíbrio de poder, diz Maciel

O presidente do PFL, senador
Marco Maciel, disse ontem que "no
Brasil não é exato que o Executivo
seja forte: pois os outros poderes é
que são fracos". Ele manifestou
receio de que a nova Constituição,
não sendo presidencialista nem
parlamentarista, gere uma dua-
lidade prejudicial no país.

"No Brasil" — insistiu Marco
Maciel —, confunde-se a neces-
sidade de fortalecer o Congresso
com uma outra necessidade, a de
adoção do parlamentarismo. E não
é exato que para fortalecer o Le-
gislativo seja imperiosa a adoção
do sistema parlamentarista".

Marco Maciel advertiu que na
atual fase de transição, mais do
que um pacto social — desejável,
porém, complexo e de difícil im-
plementação — é necessário um
pacto político, que consolide as
bases de um estado democrático,
dando maior eficácia, rapidez e
legitimidade ao processo de de-
cisões nas áreas política, econó-
mica e social.

"Na minha opinião" — susten-
tou o presidente do PFL —, "o
pacto político deve ser negociado
inicialmente pelos partidos, para
que seja exequível. Uma negociação
política, como se sabe" — insistiu
Maciel —, "pressupõe a fixação de
alguns objetivos comuns aceitáveis
por todos os interessados".

Para tornar efetiva esta ne-

gociação interpartidária, conso-
lidando o processo de transição em
curso, e ampliando os entendimen-
tos partidários a nível institu-
cional, Marco Maciel declarou-se
disposto às conversações com
todos os partidos, lembrando que
seu primeiro e natural interlocutor
deveria ser o presidente do PMDB,
deputado Ulysses Guimarães.

O PFL, no entanto, enfrenta
uma crise de identidade. Ontem,
deputados que compõem o cha-
mado grupo "moderno", que
defende posições menos conser-
vadoras do partido e questiona a
liderança do deputado Jos é
Lourenço na Constituinte, pediram
a Marco Maciel maior participação
na elaboração da nova Consti-
tuição, sobretudo no que diz res-
peito aos entendimentos entre as
diferentes correntes políticas, na
sua condição de presidente do par-
tido.

Pela manhã, em reunião com as
bancadas pefelistas na Constituin-
te, Marco Maciel insistiu na neces-
sidade de o partido ampliar sua
atuação junto aos sindicatos,
universidades, movimentos fe-
ministas, ecológicos e pequenos e
microempresários. O presidente do
PFL quer que o partido seja um
eficiente canal entre nação e es-
tado, entre povo e governo.

Azize revela que Lyra pode deixar o PMDB

A deputada Beth Azize (PSB-
AM) confirmou ontem as arti-
culações de um grupo de pelo
menos seis ' parlamentares do
PMDB no sentido de abandonar o
partido e ingressar no PSB ou no
PDT, visando integrar o bloco das
esquerdas no Congresso que lutam
por uma Constituição progressista
e encampar a bandeira das eleições
diretas para presidente em 1988.

Entre os parlamentares com
quem manteve contato, Beth Azize
citou os deputados Ademir An-
drade (PA), Raquel Capiberibe
(AP), Vilson de Souza (SC),
Haroldo Sabóia (MA), Fernando
Lyra (PE) e Cristina Tavares (PE).

A deputada condicionou a sua
permanência no PSB ao ingresso
desse grupo no partido, caso con-
trário já está de malas prontas
para filiar-se ao PDT. Ela não des-
cartou a possibilidade desse grupo,
mesmo optando pelo PS B, apoiar o
nome do ex-governador Leonel
Brizola para a presidência da
República: "Entre candidaturas
como a de Ulysses Guimarães,
Franc o Montoro, Aurelian o
Chaves, Marco Maciel e Leonel
Brizola, não nos resta dúvida de

que Brizola é o único nome con-
fiável. Agora, se o candidato for
um Mário Covas (lider do PMDB
na Constituinte), poderemos sentar
para conversar".

Azize não esconde a sua pre-
ferência por uma composição com o
PDT, firmando o apoio à candi-
datura Brizola, e justifica a sua
disposição de sair do PSB: "O
programa do PSB para mim é e
continua sendo o mais perfeito e
aberto entre todos os partidos, mas
o que adianta a gente ter tantas
propostas boas e não ter espaço no
Congresso nem para discuti-las.
Além disso confesso que sou
brizolista. E não sou so eu; o
próprio Fernando Lyra é muito
simpático ao seu nome".

Oposição Pessoal

Segundo a deputada amazo-
nense, o grande obstáculo à con-
cretização do apoio a Brizola, se o
grupo optar pelo PSB, é o anti-
brizolismo de caràter pessoal do
lider do partido, senador Jamil
Haddad (RJ): "De qualquer
maneira, se o PSB não apresentar
candidato próprio, o que é pro-
vável, estaremos livres para votar
em quem quisermos".

Santana acha

que Ulysses
será premie

Salvador — O presidente da
Assembleia Nacional Constituinte,
deputado Ulysses Guimarães,
deverá ser o primeiro-ministro no
governo do presidente S arney,
logo que entre em vigor o sistema
parlamentarista no Brasil, afirmou
ontem o líder do governo na
Constituinte, deputado Carlos
Santana.

Segundo ele, o primeiro-
ministro será um homem da
confiança do presidente José
S arney — a quem caberá fazer a
primeira escolha —, mas é
condição fundamental ter uma
base parlamentar durante os seis
meses de mandato, já que só depois
desse período, contado a partir da
escolha, poderá haver "censura" ao
seu nome, de acordo com as regras
que estão sendo estabelecidas.
— Sem nenhuma dúvida,
Ulysses Guimarães é o nome
natural que despontará no
momento em que seja estabelecido
um sistema de equilíbrio entre os
poderes Executivo Legislativo.
Claro que o primeiro-ministro
deverá ter condições e criar uma
base para manter-se no gabinete. O
nome de Ulysses é o que mais força
tem no partido, é uma bandeira
nacional e representa a resistência
histórica do Brasil. Como a escolha
é do presidente da República, não
creio que haverá disputa pelo cargo
— disse Carlos Santana.

O líder do governo admitiu que
a Presidência da República vem
trabalhando para modificar a
proposta de parlamentarismo
aprovada pela comissão na
Constituinte. Depois de negar que
teria sido encarregado de negociar
a proposta de Miguel Reale Júnior,
Santana disse que está "tentando
equilibrar um pouco mais,
conjugando um presidente forte
com um parlamentar atuante".
Este, na sua opinião, é o desafio
colocado para a Constituinte.
Na proposta do senador José
Fogaça, aprovada pela
subcomissão, o equilíbrio entre o
Executivo e o Legislativo era mais
adequado à realidade brasileira do
que na que passou na comissão,
com regras parlamentares mais
fortes, quase um modelo à inglesa,
segundo ele. "Imagine num Brasil
que terá um presidente eleito haver
um parlamentarismo com a
tradição que tem o inglês")
comentou o líder do governo,
acrescentando: "já corrigimos
bastante e esperámos modificar
mais na Sistematização e no
plenário".
"Nem tanto pelo presidente
Sarney, mas temos que fazer uma
Constituição para o futuro" —
disse Carlos Santana. "É preciso
um equilíbrio, pois o presidente vai
sair das urnas com mais da metade
dos votos de cerca de 40 milhões de
eleitores em 1989.

Sarney reúne
políticos na
terça-feira

A reunião do Conselho Politico,
prevista inicialmente pelo Palácio
do Planalto para se realizar ontem,
foi adiada, mais uma vez, depois de
ter sido transferida para hoje.
Terça-feira da próxima semana é a
nova data marcada pela
Presidência da República para a
reunião.
Nela deverão ser avaliados os
resultados das Comissões
Temáticas da Constituinte, o novo
cruzado e projetos de lei que o
governo encaminhará ao
Congresso Nacional como a nova
legislação, punindo crimes
praticados contra a economia
popular.

Ao dar a informação, ontem, o
senador Carlos Chiarelli. líder do
PFL no Senado, disse que a
reunião do Conselho Político foi
adiada porque alguns lideres que
compõem aquele colegiado
estariam fora de Brasília, hoje,
como o senador Fernando
Henrique Cardoso, líder do PMDB
no S.enado, e o deputado José
Lourenço, líder do PFL na Câmara.
Além disso, destacou que alguns
dos projetos de lei que seriam
examinados não estão prontos para
apreciação, mas não disse quais.

Roraima pede
à Constituinte

emancipação
O deputado Mozarildo Caval-
canti (PFL-RR) voltou a defen-
der, no plenário da Assembleia
Nacional Constituinte, a transfor-
mação do território de Roraima em
estado.

O deputado fez questão de frisar
que, em Roraima, ninguém quer a
subdivisão de nenhum estado e
nem a retirada de parte de qual-
quer outro território ou estado.

Mozarildo Cavalcanti pediu aos
atuais constituintes que dêem a
Roraima a oportunidade de se
emancipar, de ser independente,
através de sua transformação em
estado.

"Mesmo aqueles que não têm os
problemas que vive a região
amazônica, devem nos apoiar na
emancipação politica e adminis-
trativa, pois assim poderemos ter a
emencipação económica e finan-
ceira".